



**Projeto Pedagógico do Curso  
de Pós-Graduação *Lato Sensu*  
em Direito e Defesa das Garantias  
Fundamentais – Aplicada à  
Defensoria Pública**

**- EAD -**

**Curitiba/PR  
Abril/2023**

**Mantenedora**  
**GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437**  
**CNPJ: 32.163.997/0001-97**

**Mantida**  
**GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759**

**Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,**  
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

**Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,**  
(publicada no DOU em 27/03/2002).

**Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,**  
(publicada no DOU em 19/01/2017).

**Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,**  
**Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,**  
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**  
**DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO E DEFESA DAS GARANTIAS**  
**FUNDAMENTAIS – APLICADA À DEFENSORIA PÚBLICA**  
**Modalidade a Distância**

## 1. Perfil Institucional

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97  
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR  
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

#### 1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

#### 1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
<b>Nome:</b>	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
<b>CNPJ:</b>	32.163.997/0001-97
<b>Código e-MEC:</b>	18437
<b>Endereço:</b>	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
<b>Data da Fundação:</b>	03 de dezembro de 2018
<b>Natureza Jurídica:</b>	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
<b>Dirigente:</b>	Gabriel Granjeiro				
<b>Cidade:</b>	Brasília	<b>UF:</b>	DF	<b>CEP:</b>	81.070-00
<b>Fone:</b>	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
<b>Nome:</b>	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
<b>e-MEC:</b>	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
<b>Reitor:</b>	Gabriel Granjeiro				
<b>Endereço:</b>	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
<b>Cidade:</b>	Curitiba - Paraná	<b>UF:</b>	PR	<b>CEP:</b>	81.070-050
<b>Fone:</b>	(41) 3521-2727		<b>Fax:</b>	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

## 1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

**Missão:** *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

**Visão:** *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

**Valores:**

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

## 1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

### 1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

## 1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

## 2. Coordenação do Curso

### Lídia Leite Aragão Marangon

Defensora Pública do Distrito Federal aprovada em 17º lugar. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - Uniceub. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. Aprovada, dentre outros, nos seguintes concursos públicos: - Analista Processual do MPU; - Analista Judiciário - Execução de Mandados do TJDF; - Analista Judiciário do STJ; - Analista Judiciário do TRT 2ª Região; - Técnico Administrativo do TJDF; - Técnico Administrativo do TRF 1ª Região; - Advogado dos Correios. Foi Consultora Jurídica da TV Justiça e apresentadora do programa Síntese. Foi professora do Curso de Direito do Centro Universitário Unieuro. Quando analista processual no MPDFT, atuou nas promotorias de Fundações e Família. Foi servidora do TRF 1ª Região, ocupando o cargo de chefe de gabinete da Vice-Presidência. Foi servidora do TJDF, exercendo função de assessoria no Gabinete do Desembargador Sérgio Rocha. Na Defensoria Pública do DF, atuou nos núcleos de Ceilândia, Riacho Fundo, Brasília e Brazlândia. Atualmente, ocupa é coordenadora do Núcleo de Brazlândia, com atribuições perante a Defensoria Criminal e professora de Direito Processual Civil.

**E-mail:** aragao.lidia@gmail.com

**Telefone:** (61) 98150-2514

### 3. Dados do Curso

Nome do curso: DIREITO E DEFESA DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS – APLICADA À DEFENSORIA PUBLICA

Modalidade: EAD

Carga horária: 395 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

### 4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

#### 4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Pós Graduação se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à atividade de Defensor Público, com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade de atuação na defesa do Estado Democrático de Direito e das garantias fundamentais, propondo soluções e decidindo em consonância com os ditames constitucionais.

#### 4.2. OBJETIVOS DO CURSO

Aprofundar os estudos nas diversas áreas de atuação jurídica, desenvolvendo habilidades relacionadas às atividades do Defensor Público, bem como oferecer capacitação aos diversos profissionais da área do Direito para lidar com os desafios e técnicas da Defesa das Garantias Fundamentais.

#### 4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

- a) Compreender a aplicação de técnicas de defesa das garantias fundamentais;
- b) Demonstrar e discutir as normas e princípios de diversos ramos do Direito; e
- c) Promover estudos sobre as garantias fundamentais e as formas adequadas de promover sua defesa.

#### 4.4. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, Defensores Públicos, advogados, servidores públicos em geral, incluindo demais carreiras jurídicas.

#### 4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

## 5. Estrutura Curricular Do Curso

### 5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas e disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador. Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

### 5.2. MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Horária
01	Direito Constitucional	60h
02	Direito Administrativo	60h
03	Direito Constitucional à Saúde	10h
04	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	30h
05	Direito Penal e Direito Processual Contemporâneo	20h
06	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	20h
07	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	20h
08	Criminologia da Macrodelinquência	15h
09	Defesa Criminal Efetiva	20h
10	Técnicas – Peças Criminais	10h
11	Direitos Humanos na Visão da Defensoria	15h
12	Defesa do Consumidor	15h
13	Técnicas – Peças Cíveis	10h
14	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	15h
15	Defesa da Criança e Adolescente	10h
16	Direito Processual Civil	60h
17	Lei Complementar 80/94	5h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		395 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		435 h/a

### 5.3. COMPONENTES CURRICULARES

**Disciplina:** DIREITO CONSTITUCIONAL

**Carga horária:** 60 h/a

**Objetivos:** Compreender importância da Constituição, seu papel de proeminência dentro da ordem jurídica brasileira e sua função enquanto documento legal estruturador do estado brasileiro.

**Conteúdo programático:** Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder Constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.

**Bibliografia básica:**

BRASIL. Constituição da República de 1.988.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição federal anotada. São Paulo: Saraiva, 2000

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993

CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de direito constitucional. 5ª edição. Salvador: JusPodivum. 2011

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm. 2018

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva. 8ª edição. 2013

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 23ª edição, São Paulo: Atlas, 2008

NOVELINO. Marcelo. Curso de direito constitucional. 12ª edição. Salvador: Juspodivm, 2017

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1992

Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 3ª ed. São Paulo: Método. 2008

**Bibliografia complementar:**

ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamenteales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1993

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros. 13ª edição. 2012

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris. 1991

TEIXEIRA, J. H. Meirelles. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1991

SARMENTO, Daniel. Oneoconstitucionalismo no Brasil: riscose possibilidades. Leituras complementares de direito constitucional – Teoria da Constituição. Salvador: Juspodvm, 2009

SILVA, Virgílio Afonso. A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros. 2005

**Disciplina:** DIREITO ADMINISTRATIVO

**Carga horária:** 60 h/a

**Objetivos:** Propiciar a formação de base teórica e a reflexão das noções iniciais e fundamentais do Direito Administrativo contemporâneo

**Conteúdo programático:** Introdução ao direito administrativo. Princípios administrativos. Organização administrativa. Ato administrativo. Poderes administrativos. Agentes públicos. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil do estado.

Intervenção do estado na propriedade. Bens públicos. Controle administrativo.

**Bibliografia básica:**

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. São Paulo: Método, 2009.

ARAÚJO, Edmir Netto de. Contrato administrativo. São Paulo: RT, 1987.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 1996.

CARVALHO, RAQUEL MELO URBANO. Curso de Direito Administrativo – Parte Geral, Intervenção do Estado e Estrutura da Administração. Salvador: JusPodivm, 2008.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 23. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Lei nº 8.112/90 Comentada Artigo por Artigo. Brasília: Gran Cursos, 2010.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade; SILVA, Gustavo Scatolino. Manual Didático de Direito Administrativo. 8. ed. Salvador: Juspodivm. 2020.

CRETELLA JÚNIOR, José. Direito Administrativo Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CUNHA JR., Dirley da. Curso de Direito Administrativo. Salvador: JusPodivm, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2011.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2005.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2003.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo.

25. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SILVA, José Afonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

SUNDFELD, Carlos Ari, Fundamentos de Direito Público. 3. ed. 3ª tir. São Paulo: Malheiros, 1998.

**Bibliografia complementar:**

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009.

MAGNO, Alexandre. Direito Administrativo Essencial. 2ª ed. Brasília: Gran Cursos, 2011.

NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: RT, 2008, 581p.

TIBÚRCIO, Cármen. A extradição de Battisti e o Direito Internacional. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-jun-04/mesa-bar-sala-aula-todos-comentam-battisti>>. Acesso em 14 nov. 2009.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2003.

**Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE**

**Carga horária:** 10 h/a

**Objetivos:** Desenvolver habilidades para compreender a dimensão e importância do direito à saúde no âmbito do cenário jurídico nacional.

**Conteúdo programático:** O direito à saúde na Constituição Federal. O direito à saúde como dever do Estado. A universalização dos serviços de saúde. Técnicas práticas de promoção do direito à saúde. A

saúde e o mínimo existencial. Legislação aplicada ao Direito à saúde. A resistência estatal na promoção do direito à saúde (defesa Estatal). O direito constitucional à saúde e o dever do Estado de fornecer medicamentos e tratamentos. A judicialização da saúde.

**Bibliografia básica:**

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição federal anotada. São Paulo: Saraiva, 2000

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de direito constitucional. 15ª edição. Salvador: JusPodivum. 2021

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 13ª ed. Salvador: Jus Podivm. 2021.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva. 16ª edição. 2021.

**Bibliografia complementar:**

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamenteales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1993

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros. 13ª edição. 2012

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris. 1991

HENRIQUES, Fátima Vieira. Direito Prestacional à Saúde e Atuação Jurisdicional. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direitos Sociais: Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HESSE, Konrad. Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha. (Tradução de Luís Afonso Heck). Porto Alegre: Editora Sergio Antonio Fabris, 1998.

SARAIVA, Paulo Lopo. Garantia Constitucional dos Direitos Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1983.

SANTOS, Lenir. SUS e a Lei Complementar 141 comentada, Campinas: Editora Saberes, 2012.

SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. O Sistema Único de Saúde e suas diretrizes constitucionais. São Paulo: Editora Verbatim, 2012.

SANTOS, Lenir (organizadora) Direito da Saúde no Brasil. Campinas: Editora Saberes, 2010.

WEICHERT, Marlon Alberto. O Direito à Saúde e o Princípio da Integralidade. SANTOS, Lenir (organizadora) Direito da Saúde no Brasil. Campinas: Editora Saberes, 2010.

**Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS**

**Carga horária:** 30 h/a

**Objetivos:** Definição da relevância do Direito Constitucional e das Demanda Coletivas Constitucionais na concretização da formação humanística, técnica e prático-jurídica, proporcionando o desenvolvimento crítico e reflexivo de tais fenômenos jurídicos-processuais, além do desenvolvimento da argumentação-lógica, raciocínio e pesquisa científica.

**Conteúdo programático:** Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.

**Bibliografia básica:**

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Teoria Geral do novo Processo Civil. 32ª ed. rev. atual. São Paulo: Juspodivm, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil - Volume 1. 5ª ed. rev. atual. amp. Editora RT, 2020

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume I. 22ª edição. Salvador: Juspodivm, 2020.

DIDIER JR, Fredie. ZANETI JR. Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Volume IV. 14ª edição. rev. atual. amp. Salvador: Juspodivm, 2020.

**Bibliografia complementar:**

DINAMARCO, Cândido R. A instrumentalidade do processo. São Paulo, SP: Malheiros, 2015.

DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. 6 ed. amp. atual. rev. São Paulo: Saraiva, 2020

**Disciplina: DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO**

**Carga horária:** 20 h/a

**Objetivos:** Apresentar e analisar o Direito Penal e Processual Penal na visão dos Tribunais Superiores.

**Conteúdo programático:** Informativos do Superior Tribunal Federal. Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

**Bibliografia básica:**

TIBURCIO, Antonio Augusto. Interpretação das Decisões Judiciais: Particularidades, Critérios e Instrumentos. Salvador: Juspodium, 2020.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Vademecum de Jurisprudência – Dizer o Direito. Salvador: Juspodium, 2020.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Súmulas do STF e do STJ. Salvador: Juspodium, 2020.

**Bibliografia complementar:**

BUSATO, Paulo César. Fundamentos para um direito penal democrático. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal; trad. Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis S. A., 1999.

GOMES, Luiz Flávio. Norma e bem jurídico no direito penal: normas penais primárias e secundárias, normas valorativas e imperativas, introdução ao princípio da ofensividade, lineamentos da teoria constitucional do fato punível, teoria do bem jurídico-penal, o bem jurídico protegido nas falsidades documentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

ROXIN, Claus. Política criminal y sistema del derecho penal. Traducción e introducción de Francisco Muñoz Conde. 2.a ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

**Disciplina: TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO**

**Carga horária:** 20 h/a

**Objetivos:** Relacionar as diversas formas de obtenção de prova e suas particularidades casuísticas

**Conteúdo programático:** Conceito, sentido e distinções de Prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios Informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de Custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.

**Bibliografia básica:**

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Marco Antonio de. A busca da verdade no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020

**Bibliografia complementar:**

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020

**Disciplina: MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA**

**Carga horária:** 20 h/a

**Objetivos:** Desenvolver, através de senso crítico, a compreensão e a operacionalização das medidas cautelares prisionais e não prisionais no âmbito federal.

**Conteúdo programático:** Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas Cautelares e Prisão processual: Visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: Institutos restabelecadores do 'status libertatis' no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão Domiciliar e Habeas corpus coletivo.

**Bibliografia básica:**

LOPES JUNIOR, Aury. Prisões Cautelares. São Paulo: Saraiva, 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020.

SAMPAIO JÚNIOR, José Herval; NETO, Pedro Rodrigues Caldas. Manual de prisão e soltura sob a ótica constitucional. São Paulo: Método, 2011

**Bibliografia complementar:**

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

BARROS, Romeu Pires de Campos. Processo penal cautelar. Rio de Janeiro Forense, 1982.

LEONE, Giovane. Tratado de derecho procesal penal. Trad. de Santiago Sentis Melendo. Buenos Ares EJE, 1963

**Disciplina: CRIMINOLOGIA DA MACRODELINQUÊNCIA**

**Carga horária:** 15 h/a

**Objetivos:** Conhecer as correntes criminológicas que identificam e explicam o fenômeno da criminalidade moderna.

**Conteúdo programático:** Necessidade do Estudo da Criminologia. A Evolução do 'Crime' e da Punição. A Criminologia e a Escola Clássica. A Escola Positiva e o Paradigma Etiológico-Explicativo. Criminologia Contemporânea. As Tentativas de Explicação do Crime com Base no Determinismo. Anomia. Associação Diferencial. Cifra Oculta. Sutherland e a Criação do Conceito do Crime do Colarinho Branco. Importância de Sutherland para a Criminologia com a Mudança de Paradigma. Ecologia. Subcultura. Teoria das Vidraças Quebradas. Criminologia Marxista ou Crítica. O Problema

de Ideologias Econômicas e Políticas fornecerem uma Explicação Total para o Crime. Interacionismo/ Teoria do Etiquetamento ou do Labelling Approach. Os movimentos contra o imperialismo, o racismo, o sexismo e a guerra. Críticas e Tendências. Os Estigmas como Meta-regras: Mulher, Raça, Religião e Pobreza no Sistema Penal. Outros Estigmas. Comparações entre a Teoria dos Estigmas como Meta-regras e a Teoria do Etiquetamento. A Polícia e os Riscos da Seleção de Pessoas com o Efeito das Meta-regras-Estigmas.

**Bibliografia básica:**

BACILA, Carlos Roberto. Criminologia e Estigmas: Um Estudo Sobre os Preconceitos. 4ª ed. São Paulo: GEN/Atlas, 2016.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal, tradução Juarez Cirino dos Santos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Ed. Coimbra, 1997

**Bibliografia complementar:**

ANÍTUA, Gabriel Ignacio. História dos Pensamentos Criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HASSEMER, Winfried; MUÑOZ CONDE, Francisco. Introdução à criminologia; trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

VIANA, Eduarda. Criminologia. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

**Disciplina: DEFESA CRIMINAL EFETIVA**

**Carga horária:** 20 h/a

**Objetivos:** Desenvolver habilidades para elaborar exercer uma defesa criminal efetiva nos seus vários aspectos.

**Conteúdo programático:** Constitucionalização do direito processual penal. Sistemas processuais penais. Persecução penal inquisitorial: o inquérito policial e as demais formas de investigação criminal. Investigação Criminal Defensiva. O papel da defesa no inquérito policial. O papel da Defesa na audiência de custódia. Defesa efetiva no processo criminal. Técnicas de defesa no Tribunal do Júri. O papel da defesa no âmbito recursal. O uso adequado do Habeas Corpus.

**Bibliografia básica:**

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Processo Penal. 6 ed. São Paulo: RT, 2018.

LOPES Jr. Aury. Direito Processual Penal. 15. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 2. ed. Campinas: Millennium, 2000. 4 v.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACELLI, Eugênio. Curso de processo penal. 22. ed. São Paulo: Atlas 2018.

PRADO, Geraldo. Sistema Acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SCARANCE FERNANDES, Antônio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 17 ed. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. Processo Penal. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1 a 4

TOVO, Paulo Cláudio. Princípios de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lumem Juris 2008.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro – 2ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais – 2004.

SILVA, Franklyn Roger Alves Silva. Investigação Criminal Direta pela Defesa. 2ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro. Editora Juspodivm, 2020.

**Bibliografia complementar:**

CÂMARA LEAL, Antonio Luiz da. Comentários ao Código de Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942, v. I

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Novas tendências do Direito Processual. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. Curso de Direito Processual Penal: teoria constitucional do processo penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SUANNES, Adauto: Os fundamentos éticos do devido processo legal. São Paulo, RT, 1999.

**Disciplina: TÉCNICAS – PEÇAS CRIMINAIS**

**Carga horária:** 60 h/a

**Objetivos:** Desenvolver habilidades para elaborar petições, interpor recursos e remédios constitucionais no âmbito criminal.

**Conteúdo programático:** Resposta à acusação; Alegações Finais; Apelação; Recurso em sentido estrito; Recurso Especial; Recurso Extraordinário; Revisão Criminal; Habeas Corpus.

**Bibliografia básica:**

NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. Editora Forense; 13ª edição, 2021.

LIMA, Maeterlin Camarço. Petições Penais de Defesa. Ed. Anhanguera; 5ª edição, 2018.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Marco Antonio de. A busca da verdade no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020.

**Bibliografia complementar:**

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

**Disciplina: DIREITOS HUMANOS NA VISÃO DA DEFENSORIA**

**Carga horária:** 15 h/a

**Objetivos:** Fomentar discussões sobre Direitos Humanos no âmbito da atuação da Defensoria Pública na defesa dos direitos fundamentais.

**Conteúdo programático:** Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; gerações de direitos. Afirmção histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 217A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei 13.060/2014.10) Resolução da ONU nº 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica.

**Bibliografia básica:**

RAMOS, André de Carvalho. Curso De Direitos Humanos. Saraiva Jur. 8ª Edição, 2021.  
CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Direito das Organizações Internacionais. 6ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.  
MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2017.  
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 18.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

**Bibliografia complementar:**

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 11.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.  
COMPARATO, Fábio Konder. O papel da polícia no regime democrático. São Paulo: Mageart, 1996.  
DALLARI, Dalmo de Abreu. O papel da polícia no regime democrático. São Paulo: Mageart, 1996.  
MIRANDOLA, Pico Della. A dignidade do homem. Texto integral, tradução, comentários e notas de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2006.  
MOORE, Mark Harrison. Policiamento comunitário e policiamento para solução de problemas. São Paulo: Edusp, 2003

**Disciplina: DEFESA DO CONSUMIDOR**

**Carga horária:** 15 h/a

**Objetivos:** Fomentar discussões sobre a defesa do consumidor e proporcionar uma visão sistêmica e interdisciplinar do Código de Defesa do Consumidor.

**Conteúdo programático:** Direito do consumidor. Natureza e fonte de suas regras. Teoria constitucional da proteção do consumidor. Competência legislativa sobre direito do consumidor. Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor. Integrantes e objeto da relação de consumo. Política nacional de relações de consumo. Objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Proteção contratual. Princípios basilares dos contratos de consumo. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Superendividamento. 3. Defesa do consumidor em juízo. O papel da Defensoria Pública na defesa do consumidor.

**Bibliografia básica:**

BENJAMIN, Antonio Herman v.; Marques, Cláudia Lima; Bessa, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor, 9ª Ed., Revista dos Tribunais, 2021.  
CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Direito do Consumidor, 5ª Ed., São Paulo, Atlas, 2019.  
PINTO, Cristiano Vieira Sobral; MONTENEGRO FILHO, Misael. Manual prático de direito do consumidor. 1ª Ed. Juspodivm, 2021.

**Bibliografia complementar:**

LIMA MARQUES, Cláudia. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. O Novo Regime das Relações Contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.  
LIMA MARQUES, Cláudia; BENJAMIN, Antônio H. V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.  
NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2005. SCHIMIDT NETO, André Perin. Revisão dos Contratos com Base no Superendividamento. Curitiba: Juruá, 2012.  
SCHIMITT, Cristiano. Cláusulas Abusivas nas Relações de Consumo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

**Disciplina: TÉCNICAS – PEÇAS CÍVEIS**

**Carga horária:** 10 h/a

**Objetivos:** Desenvolver habilidades para elaborar petições, interpor recursos e remédios constitucionais no âmbito cível.

**Conteúdo programático:** Petição Inicial; Contestação; Réplica; Apelação; Agravo de Instrumento; Recurso Ordinário Constitucional; Recuso Especial; Recurso Extraordinário; Embargos de Declaração; Mandado de Segurança. Ação Civil Pública.

**Bibliografia básica:**

ANSELMO PRIETO, Alvarez; SILVA, Nelson. Manual de Processo Civil e Prática Forense, V.1. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2009.

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil, v. 1. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2010.

**Bibliografia complementar:**

ANSELMO PRIETO, Alvarez. Manual de Processo Civil e Prática Forense, V.2. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2009.

COLOMBO, Juliano; CORREA, Letícia Loureiro. Manual de Prática Civil. 4ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. Processo de Conhecimento. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. 1. 27ª ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

**Disciplina: TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

**Carga horária:** 15 h/a

**Objetivos:** Estudar e analisar no âmbito processual e do direito material as estruturas fundamentais dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos especialmente a que compõe o direito constitucional à tutela jurídica ampla, irrestrita, efetiva e tempestiva (art. 5º, XXXV, LXXVIII, e seu § 1º, da CF/88).

**Conteúdo programático:** Definição de Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. 1.3 Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. 2.2 A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de defesa do Consumidor aos Direitos Difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de processo Civil Brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.

**Bibliografia básica:**

MANCUSO, Rodolfo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Tomo 3. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1998.

**Bibliografia complementar:**

ASSIS, Araken de; MOLINARO, Carlos Alberto; MILHORANZA, Mariângela Guerreiro. Processo coletivo e outros temas de direito processual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MANCUSO, Rodolfo Camargo de. Comentários ao Código de Proteção ao Consumidor. Coordenado por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1991.

\_\_\_\_\_. Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PRADE, Péricles. Conceito de interesses difusos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

**Disciplina: DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

**Carga horária:** 10 h/a

**Objetivos:** Compreender os direitos da criança e do adolescente de forma sistematizada possibilitando amplo conhecimento da proteção integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Conteúdo programático:** Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: as doutrinas da situação irregular e da proteção integral. A criança e o adolescente na normativa internacional. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção Internacional sobre os direitos da Criança. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças. Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. Regras Mínimas da ONU: para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing). Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil. Os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. A defesa da criança e adolescente nas esferas cível e infracional.

**Bibliografia básica:**

CARVALHO, Márcio Pinho. Execução De Medidas Socioeducativas. Editora Processo. 2ª Edição Revista E Ampliada, 2020.

ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MACIEL, Kátia. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 13 ed. Rio de Janeiro: SaraivaJur, 2021.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

**Bibliografia complementar:**

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito de família. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

AGUIRRE, João Ricardo Brandão; FERREIRA, Karem Cristiane. Estatuto da criança e do adolescente.; Niterói: Impetus, 2012.

GARCEZ, Sergio Matheus. O novo direito da criança e do adolescente.; Campinas: Alínea, 2008.

MACIEL, Kátia. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos.; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

**Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Carga horária:** 60 h/a

**Objetivos:** Desenvolver o conhecimento acerca do processo no âmbito cível e dos principais entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, a fim de que o aluno possa compreender a lógica processual.

**Conteúdo programático:** Normas Fundamentais de Processo Civil. Jurisdição. Ação. Competência.

Sujeitos do Processo. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. Atos Processuais, Nulidades Processuais e Valor da Causa. Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo de Conhecimento: Procedimento Comum. Teoria da prova. Sentença. Coisa julgada. Cumprimento de sentença. Principais procedimentos Especiais. Teoria Geral da Execução. Teoria Geral dos Recursos.

**Bibliografia básica:**

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil. 23 ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 54. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

**Bibliografia complementar:**

DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. Manual de Processo Civil. 5. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2020.

WAMBIER, Luiz Rodrigues Curso Avançado de Processo Civil. 19ª Ed. Rev. dos Tribunais, 2020.

**Disciplina: LEI COMPLEMENTAR 80/94**

**Carga horária:** 5 h/a

**Objetivos:** Estudar e analisar a Lei Complementar nº 80/94 que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

**Conteúdo programático:** Disposições gerais, organização da Defensoria Pública da União, Estados e DF, estrutura, a carreira do Defensor Público, dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, dos deveres, das proibições, dos impedimentos e da responsabilidade funcional, das disposições finais e transitórias.

**Bibliografia básica:**

PORTO. José Roberto Mello. Legislação da Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal. 1. ed. Editora Juspodivm, 2020.

SILVA, Franklyn Roger Alves Silva. ESTEVES, Diogo. Princípios Institucionais da Defensoria Pública. 3ª. ed. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2018.

**Bibliografia complementar:**

PERES, Edilon Volpi. Estatutos Comentados - Lei Orgânica Da Defensoria Pública Da União, Do DF e Dos Territórios - 2a Ed: Rev. Amp. E Atual. Editora Juspodivm, 2014.

**5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

**5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Será opcional.

## 5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

## 5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

# 6. Coordenação do Curso

## 6.1. COORDENADOR DO CURSO

### Lídia Leite Aragão Marangon

Defensora Pública do Distrito Federal aprovada em 17º lugar. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - Uniceub. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. Aprovada, dentre outros, nos seguintes concursos públicos: - Analista Processual do MPU; - Analista Judiciário - Execução de Mandados do TJDFT; - Analista Judiciário do STJ; - Analista Judiciário do TRT 2ª Região; - Técnico Administrativo do TJDFT; - Técnico Administrativo do TRF 1ª Região; - Advogado dos Correios. Foi Consultora Jurídica da TV Justiça e apresentadora do programa Síntese. Foi professora do Curso de Direito do Centro Universitário Unieuro. Quando analista processual no MPDFT, atuou nas promotorias de Fundações e Família. Foi servidora do TRF 1ª Região, ocupando o cargo de chefe de gabinete da Vice-Presidência. Foi servidora do TJDFT, exercendo função de assessoria no Gabinete do Desembargador Sérgio Rocha. Na Defensoria Pública do DF, atuou nos núcleos de Ceilândia, Riacho Fundo, Brasília e Brazlândia. Atualmente, ocupa é coordenadora do Núcleo de Brazlândia, com atribuições perante a Defensoria Criminal e professora de Direito Processual Civil.

**E-mail:** aragao.lidia@gmail.com

**Telefone:** (61) 98150-2514

**6.2. CORPO DOCENTE**

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Direito Constitucional	Aragonê Fernandes	Especialista	60h
Direito Administrativo	Gustavo Scatolino	Especialista	60h
Direito Constitucional à Saúde	Fabrcio Rodrigues	Especialista	10h
Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	Nilton Coutinho	Doutor	30h
Direito Penal e Direito Processual Contemporâneo	Pedro Coelho	Especialista	20h
Teoria das Provas e Meios de Obtenção	Bruno Galvão	Mestre	20h
Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	Geilza Diniz	Doutora	20h
Criminologia da Macrodelinquência	Hector Vieira	Doutor	15h
	Mariana Barreiras	Mestra	
Defesa Criminal Efetiva	Mayara Tachy	Especialista	20h
Técnicas – Peças Criminais	Túlio Mendes	Especialista	10h
Direitos Humanos na Visão da Defensoria	Alice Rocha	Doutora	15h
Defesa do Consumidor	Keity Satiko	Especialista	15h
Técnicas – Peças Cíveis	Thiago Deienno	Especialista	10h
Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	Pablo Barreto	Mestre	15h
Defesa da Criança e Adolescente	Márcio Pinho	Especialista	10h
Direito Processual Civil	Lídia Marangon	Especialista	60h
Lei Complementar 80/94	Werner Rech	Especialista	5h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

**6.3. BIBLIOTECA**

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

## 7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizada das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.